



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

CONTRATO

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITOR EXTERNO”

----- Aos vinte e um dias do mês de Outubro do ano dois mil e quinze, nesta Vila da Nazaré, Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Olinda Amélia David Lourenço, Técnica Superior, exercendo funções de Oficial Público do Município da Nazaré, conforme designação operada por Despacho do Presidente da Câmara de 09.12.2013, compareceram como outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO:** WALTER MANUEL CAVALEIRO CHICHARRO, natural da Freguesia e Concelho de Porto Alexandre – Angola, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Município da Nazaré, sito na Avenida Vieira Guimarães, outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do **MUNICÍPIO DA NAZARÉ**, pessoa coletiva de direito público número 507 012 100, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a), do nº 1, do artigo 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**SEGUNDO:** JOSÉ MARIA REGO RIBEIRO DA CUNHA, divorciado, natural da Freguesia de Mercês, Concelho de Lisboa, residente em Rua Artilharia Um, 104 – 4.º Esquerdo – Lisboa, titular do cartão de cidadão número 131650 8ZZ3, válido até 19 de Agosto de 2019, contribuinte n.º 128 114 398, em representação e na qualidade de Sócio Gerente da Sociedade de Responsabilidade Civil, **AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS**, com sede na Rua Artilharia Um, 104 – 4.º Esquerdo - 1099-053 Lisboa, Concelho de Lisboa, pessoa coletiva número 501 280 324, com o capital social de 38.400 Euros, inscrita na Lista das Sociedades dos ROC'S com o n.º 19, registada na lista dos auditores independentes junto da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 319, qualidade e poderes para o ato, que verifiquei pela Declaração número 40/15, emitida pela OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em 18 de Maio de 2015, subscrita pelo Vogal do Conselho Diretivo, Vítor Manuel Batista de Almeida. -----

Cláusula 1ª

Objeto

-----1 - O presente contrato tem por objeto a aquisição de serviços de auditor externo, conforme as características e especificações técnicas, constantes do Caderno de Encargos que serviu de base ao presente procedimento, em cumprimento do disposto nos artigos 77.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, nomeadamente: -----

-----a) a verificação e regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; -----

-----b) a participação aos órgãos municipais competentes de irregularidades, bem como os fatos que se considerem reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual

Handwritten signature in blue ink.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

de investimentos; -----
-----c) a verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por eles recebidos em garantia, depósito ou qualquer título; -----
-----d) a remessa semestral aos Órgãos Executivo e Deliberativo do Município de informação sobre a respetiva situação económica e financeira; -----
-----e) a emissão de parecer sobre as contas dos exercícios de 2015, 2016 e 2017, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por Lei ou determinadas pela Assembleia Municipal; -----
-----f) a emissão de parecer sobre quaisquer outras situações determinadas por Lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da Lei. -----

Cláusula 2ª

Vigência e duração do contrato

----- O contrato inicia-se com a sua assinatura e tem a duração de três anos, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. -----

Cláusula 3ª

Preço base

-----1 – Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço de **21.500,00 €** (vinte e um mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa de 23% (4.945,00€), o que perfaz o total de **26.445,00 €** (vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros).-----
-----2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante.-----

Cláusula 4ª

Condições de Pagamento

----- 1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após receção pelo Município da Nazaré das respetivas faturas, as quais deverão ser emitidas no início de cada semestre. -----
----- 2 – A respetiva faturação deve ser efetuada nos seguintes termos: -----
----- a) Valor da prestação de serviços anual, no ano de 2015 – 1.791,66 €; -----
----- b) Valor da prestação de serviços anual, no ano de 2016 – 7.166,68 €; -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

----- c) Valor da prestação de serviços anual, no ano de 2017 – 7.166,68 €; -----

----- d) Valor da prestação de serviços anual, no ano de 2018 – 5.374,98 €; -----

----- Aos montantes referidos acresce o IVA à taxa legal em vigor. -----

-----3 - Em caso de discordância por parte do Município da Nazaré, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida. -----

----- 4 – As faturas deverão obedecer aos requisitos enunciados no número 4 da cláusula 11.º do Caderno de Encargos. -----

Cláusula 5ª

Obrigações Principais do Adjudicatário

----- Competem ao adjudicatário as obrigações principais constantes na cláusula 5.ª do caderno de encargos. -----

Cláusula 6ª

Especificações da Prestação do Serviço

-----1 - Compete ao adjudicatário proceder à revisão anual das contas, de acordo com as seguintes alíneas: -----

----- a) A informação sobre a situação económica e financeira do Município relativa ao primeiro semestre de 2015; -----

----- b) A certificação legal das contas do ano de 2015, deverá ser entregue até final do mês de março do ano de 2016; -----

----- c) A certificação legal de contas do ano de 2016, deverá ser entregue até final do mês de março do ano de 2017; -----

----- d) A certificação legal de contas do ano de 2017, deverá ser entregue até final do mês de março do ano de 2018; -----

----- e) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte; -----

----- f) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município; -----

----- g) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; -----

-----h) Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município a informação sobre a respetiva situação económica e financeira; -----

-----i) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal; -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

-----j) Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

-----2 – A representada do segundo outorgante, obriga-se a levar a efeito a revisão legal das contas, em conformidade com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão / Auditoria, a fim de obter um nível de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão, ou não, isentas de distorções materialmente relevantes, designadamente procedendo ao exame, numa base de amostragem, da prova que suporta as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras, à apreciação dos princípios contabilísticos e das estimativas significativas feitas pelo órgão de gestão e à avaliação da apresentação global da informação financeira. -----

-----3 – Como parte do processo de revisão legal das contas, a representada do segundo outorgante solicitará ao primeiro outorgante confirmação escrita acerca de informações e esclarecimentos que prestou relativamente à revisão legal das contas. -----

Cláusula 7ª

Seguro de Responsabilidade Civil

----- A representada do segundo outorgante garante, nos termos do que estabelece o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, a sua responsabilidade civil profissional decorrente do exercício de funções impostas pelo presente contrato, mediante contrato de seguro titulado pela apólice n.º PI-01377915G3, emitido pela Arch Insurance Company (Europe), Ltd., Y Liberty Mutual Insurance Europe Limited. -----

Cláusula 8ª

Sigilo

----- 1 – O segundo outorgante garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à prestação do serviço em causa, de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.-----

----- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo, não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.-----

----- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.-----

Cláusula 9ª

Penalidades Contratuais

----- 1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário, sem prejuízo do seu direito de rescindir o contrato, o pagamento



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: -----

----- a) Pelo incumprimento das obrigações previstas no capítulo II, secção I, será aplicada uma sanção que poderá ir até 50% do valor contratual; -----

----- b) Pelo incumprimento das restantes obrigações, será aplicada uma sanção que poderá ir até 20 % do valor contratual. -----

----- 2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária que poderá ir até 20% do valor contratual. ----

----- 3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento. -----

----- 4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula. -----

----- 5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula, não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente. -----

Cláusula 10.ª

Força Maior

----- 1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é tida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. -----

----- 2. Podem constituir força maior nos termos do número anterior, nomeadamente, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. -----

----- 3. Não constituem força maior, designadamente: -----

----- a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham; -----

----- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados; -----

----- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam; -----

----- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais; -----

----- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança; -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

----- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem.-----

----- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. -----

----- 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento, resultante da força maior. -----

Cláusula 11.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

-----1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem nos termos do contrato ou da lei.-----

-----2. A entidade adjudicante pode resolver o contrato, quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o adjudicatário. -----

-----3. O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao adjudicatário, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adjudicante. -----

-----4. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização, que caiba à entidade adjudicante, nos termos gerais de direito. -----

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

-----1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses, excluindo juros.-----

-----2. O adjudicatário pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e a entidade adjudicante. -----

-----3. O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade adjudicante, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pelo adjudicatário, salvo se a entidade adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar. -----

Cláusula 13.ª

Caução

-----1. Não é exigível prestação de caução ao abrigo do art. 88.º, n.º 2 do CCP. -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

-----2. A entidade adjudicante pode, caso considere conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, conforme o previsto no art. 88.º, n.º 3 do mesmo diploma legal indicado no número anterior. -----

Cláusula 14ª

Documentação

-----1 - O segundo outorgante entregou ao primeiro outorgante, no prazo de cinco dias úteis, após a data exarada no ofício de adjudicação, os seguintes documentos:-----

-----Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP;-----

-----Declaração número 40/15, emitida pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em 18 de Maio de 2015, subscrita pelo Vogal do Conselho Diretivo, Vítor Manuel Batista de Almeida. -

-----Certidão, emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa-10, em 07 de Agosto de 2015, comprovativa de que a Empresa tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedora perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais; -----

-----Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, em 08 de Junho de 2015, comprovativa de se encontrar regularizada a sua situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa;-----

-----Fotocópia do número de identificação de entidade equiparada a pessoa coletiva;-----

-----Indicação e identificação completa, do representante da Sociedade interveniente no contrato, incluindo morada e elementos do Cartão de Cidadão; -----

-----Certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência.-----

-----2 – O primeiro outorgante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referido no número anterior.-----

Cláusula 15ª

Subcontratação e Cessão de posição contratual

-----A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos e no disposto no Caderno de Encargos.-----

Cláusula 16ª

Foro competente

-----Para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal Administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro. -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

Cláusula 17ª

Prevalência

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.-----
- 2 – O contrato integra ainda os seguintes elementos:-----
- a) Os suprimentos de erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo primeiro outorgante;-----
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;-----
- c) O Caderno de Encargos;-----
- d) A proposta adjudicada; -----
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pelo segundo outorgante.-----
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência, é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.-----
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo segundo outorgante nos termos do disposto no artigo 101.º desse diploma legal.-----

Cláusula 18ª

Disposições finais

- 1 – Os pagamentos ao abrigo do presente contrato, serão efetuados após verificação dos formalismos legais em vigor, para o processamento das despesas públicas.-----
- 2 – O procedimento relativo ao presente contrato, obteve parecer prévio favorável do Órgão Executivo Municipal, em sua reunião extraordinária realizada em 30/06/2015, tendo também obtido autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, na reunião da Assembleia Municipal, efetuada em 10 de Julho de 2015. -----
- 3 – A prestação de serviços objeto do presente contrato, foi adjudicada por despacho do Senhor Presidente da Câmara do dia 10 de Agosto de 2015. -----
- 4 – A minuta relativa ao presente contrato, foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, do dia 10 de Agosto de 2015. -----
- 5 – O responsável pela certificação legal das contas, foi nomeado por deliberação do Órgão Deliberativo Municipal na reunião ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 28 de Setembro de 2015. -----
- 6 – O encargo máximo resultante do presente contrato é de **26.445,00 €** (vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros), com IVA incluído. -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

-----7 – O presente contrato, será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal da Nazaré, para os anos económicos de dois mil e quinze, dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, sob a rubrica orçamental com a classificação económica 0102/020214.-----

-----8 – Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

-----Depois do segundo outorgante fazer prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada, relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a Segurança Social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes e por mim, Oficial Pública do Município. -----

P'lo Município da Nazaré

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro

P'la SROC

"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
O Sócio-Gerente,

José Maria Rego Ribeiro da Cunha

A Oficial Pública do Município da Nazaré

Olinda Amélia David Lourenço

Compromisso número 1454 de 10/08/2015

